

# **FEDERALISMO BRASILEIRO: da retórica à realidade**

Gustavo de Paiva Gadelha<sup>1</sup>

## **1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS**

Decerto, o pacto federativo tem se tornado, paradoxalmente, o elemento mais frágil de sustentação do Estado brasileiro. Vale dizer, inobstante a tentativa constitucional de harmonizar a atuação dos entes federativos, há uma aparente desconformidade entre o plano meramente teórico e o que se evidencia na realidade.

Prescinde-se de maiores considerações a se perceber esse descompasso: gradual falência fiscal e social de estados e municípios, conflitos de competência administrativa e legislativa, margeados pelo crescente aumento da receita da União.

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco  
E-mail: gpgadelha@hotmail.com

Logo, o fato é que o modelo federativo brasileiro atual não atende às necessidades dos entes federados. Ora, admitir-se tal premissa é constatar que, efetivamente, há uma incoerência no percurso de concretização do projeto federativo, caso em que a realidade se distancia da teoria.

Com efeito, objetivando, tão somente, detectar esse elemento deturpador do pacto federativo, é que se propõe a análise crítica da evolução do quadro federativo brasileiro ao longo do tempo, colhendo as principais características que contribuíram para o arquétipo teórico atual e que tenham refletido na efetivação concreta da federação brasileira na era globalizada.

## **2 ESTADO FEDERAL BRASILEIRO: CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO**

O surgimento do Estado Federal brasileiro decorreu, em certa medida, de uma construção política da elite dominante à época. Entretanto, tal forma de estado deveria ser

extremada a toda periferia do Estado, sob pena de operar-se uma cisão dos entes membros.

Justamente por tais razões, com a conjunção da unidade e diversidade apregoadas por GARCÍA-PELAYO (1961), o Estado brasileiro, com sua extensa disposição territorial, pôde-se manter existente tal qual sua origem.

Na verdade,

a adoção do federalismo, mesmo centrífugo na origem como sustenta a maioria dos estudiosos, foi opção importante para manutenção da unidade nacional, pois, de alguma forma, construiu a unidade pela preservação das diversidades. (JUCÁ, 1997, p. 197).

Ao tempo da “descoberta”, os prepostos da Coroa lusitana impingiram um papel “estatizante”, apenas obedecendo às orientações emanadas da fonte portuguesa. Tratava-se, pois, de um processo de colonização nitidamente exploratório, típico do objetivo expansionista mercantil regente na Europa.

A contextualização histórica é importante, não como forma de se apreender uma visão global da formação histórica do Estado brasileiro, mas no sentido de se observarem indícios de repercussão no (des)equilíbrio federativo.

Isto porque aquela cultura exploratória, física e econômica, fez emergir uma certa pontualidade<sup>2</sup> regional no desenvolvimento econômico nacional, com pólos separados e tendentes à auto-suficiência.

Neste sentido, marcantes foram as influências do poder local na definição estrutural do Estado, alcançadas com a divisão do território em capitanias hereditárias<sup>3</sup>, bem assim da fixação da cultura política do engenho, de modo que as decisões e interesses locais se amoldavam às conveniências e anseios dos capitães donatários e senhores de engenho.

Em certa medida, aí parece residir o elemento embrionário do federalismo brasileiro, quiçá de sua deturpação competitiva, já que, desde os primórdios, os entes

---

<sup>2</sup> O jurista Francisco Pedro Jucá (1997) prefere se utilizar do termo “nodularidade” para apontar a individualidade emergida com a exploração local. Importa, todavia, acrescentar, à idéia transmitida com a terminologia transcrita, a temporalidade da exploração, que cessa com o declínio econômico local, passando-se a explorar um novo nicho de riqueza; traz, pois, uma especificidade sazonal da cultura mercantil.

<sup>3</sup> Neste sentido, pondera Luís Roberto Barroso (2002, p. 28) que “*há quem aponte as doze Capitanias hereditárias, criadas por João III, sob as influências do jurista Diogo de Gouvêa, como manifestação originária ou, pelo menos, como a primeira expressão de uma vocação federalista*”. Isto porque, expedido o foral (espécie de Constituição Estadual emanada do Rei), à Coroa, era vedado intervir nas Capitanias, em uma outorga de poderes aos capitães-governadores.

descentralizados se preocupavam com o interesse particular e individual, sem observar o bem da coletividade ou global<sup>4</sup>.

Assim, conviviam, informalmente, no território brasileiro adensamentos de desenvolvimento econômico, como que núcleos autônomos em um Estado Unitário. Desta forma, em parte do Nordeste (atuais Paraíba, Alagoas e Pernambuco) se desenvolvia o setor açucareiro, baseado na monocultura da cana-de-açúcar. Ainda no Nordeste, mais precisamente no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, como cultura de exclusão (campo residual da atividade açucareira), desenvolveu-se a cultura de subsistência, com características menos aristocráticas e escravistas. Mais tarde, a produção de carne de charque migrou para o extremo Sul, fazendo emergir um novo bolsão de desenvolvimento econômico. Somem-se a isso, pois, as diversas culturas desenvolvidas regionalmente no Brasil (café, algodão etc.) (JUCÁ, 1997).

Tudo isso é suficiente a se perceber que esses núcleos de ocupação gozavam de singular prestígio autônomo, a ponto de se considerar a consolidação da estrutura federal na República como mera formalização ou

---

<sup>4</sup> Tanto isto é verdade que essa estrutura perdurou por todo o Império, somente sucumbindo com a criação da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai.

declaração daquela federação materialmente já existente, com suas incoerências e vícios.

Não houve, portanto, uma clara criação ou constituição do pacto federativo, até mesmo porque já se encontrava delineado, como dito, na “nodularidade” dos centros econômicos de desenvolvimento.

Importa, todavia, registrar, antecipando a leitura e prevenindo o leitor menos concentrado, que isto não quer representar o fracasso do modelo federativo brasileiro. Na verdade, surgiu como declaração pelas circunstâncias históricas nas quais estava inserido. A formatação federativa era inafastável como elemento mantenedor da unidade nacional, a ponto de a classificarem:

como aparentemente centrífuga, porque criada pela emancipação das unidades que a compõem, porém, substancialmente centrípeta, porque preservou e manteve a unidade, pela preservação e manutenção das diversidades. (JUCÁ, 1997, p. 200)

Neste sentido, também pondera Machado Segundo (2005, p. 62):

O enfraquecimento da unidade, e as tendências separatistas e liberais foram devidamente superados com a adoção do federalismo, que se mostrou, portanto, assaz salutar no Brasil. Não se pode falar de mera importação impensada, nem de

desnecessidade ou irrelevância dessa forma de Estado.

De qualquer forma, o fato é que o surgimento centrífugo do Estado Federal brasileiro é suficiente a justificar a tradição centralizadora e autoritária, “*que devemos procurar abandonar para construir uma federação moderna e um Estado Democrático de Direito.*” (MAGALHÃES, 2000, p. 18).

Percebe-se, portanto, retomando a digressão histórica do Estado brasileiro, notadamente em sua formação federativa, que a descentralização administrativa dos entes locais foi um fator preponderante ao incremento da forma federativa.

Tanto isso é verdade que, quando da “independência” dos laços portugueses, em 1822, o Brasil se encontrava dividido em dezenove províncias. Todavia, formalmente, o Brasil permaneceu atrelado ao unitarismo estatal<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Registre-se que, há tempos, a formatação era aspirada por parte da sociedade brasileira. É o que pontifica Paulo Bonavides (p. 18-19), manifestando a reivindicação ao longo da história: “*a tese do federalismo no Brasil antecede, pois, a Independência e se manifestou já na Revolução Pernambucana de 1817, de inspiração republicana. Prossegue durante o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado. O Império nunca deixou de conviver com essa reivindicação básica. Esteve ela presente aos grandes acontecimentos políticos de várias décadas. Encontramo-la na Confederação do Equador de 1824, na Sedição Paraense de 1832, na Guerra dos Farrapos de 1835, com a República de Piratini; no Ato Adicional de 1834, no programa do Partido Liberal-Radical de 1868, no*

Somente em 1889, com a proclamação da República, ante a queda do Império, movido pela influência norte-americana, através do Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, o Brasil passou formalmente a dotar-se da forma federativa.

Neste sentido, válida a lembrança de Nóbrega (p. 15):

Assim, ao contrário dos Estados Unidos, o advento da Federação brasileira não se originou de raízes históricas tão sólidas. A Convenção da Filadélfia expôs os temores e idéias da nova forma de Estado, além do que, após o advento da Constituição americana, houve a necessidade de ratificação pelas ex-colônias. No Brasil, um simples ato do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca transformou as províncias em Estados membros, totalmente despreparados para a coexistência dentro de um modelo jurídico federal.

---

*Manifesto Republicano de 03.12.1870, na Convenção de Itu de 18.04.1873, na Convenção Paulista de 01.07.1873, no Manifesto de 02.07.1873, no Projeto de Constituição do Estado de São Paulo, de base federativa, de 19.10.1884, nos Congressos Republicanos Rio-Grandenses de 1882 e 1883 e, sobretudo, no 3º Congresso Republicano Rio-Grandense de 10.05.1884, que se solidarizava com a bandeira do Partido Republicano Brasileiro e postulava a transformação das Províncias em Estados autônomos, no projeto de Monarquia federativa introduzido por Joaquim Nabuco em 1885 e renovado em 1888, às vésperas da queda do Império, no Congresso do Partido Liberal em São Paulo, com a aprovação do Manifesto de 11.06.1888, e, finalmente, nas célebres campanhas de imprensa de Rui Barbosa, que abalaram as estruturas imperiais.”*



Em 1891, especificidades à parte, o Estado brasileiro passou a adotar a forma federativa dual, passando a dispor da limitada e restrita autonomia dos estados-membros. Houve, portanto, a importação do modelo americano, com uma negação, em grande medida, da autonomia estadual.

É bem verdade que a Carta Política de 1891 representou avanço na sedimentação da idéia federativa, porquanto passou a atribuir aos estados-membros responsabilidades até então jungidas ao Poder Central, prevendo, como contrapartida, definição obscura das fontes de recursos. *“Esse evento fez com que o período se caracterizasse por um federalismo de competição, já que existiam constantes atritos entre a área federal e estadual”*(OLIVEIRA e WEITERSCHAN, 1979, p. 747).

Com a Constituição de 1934, retomou-se formalmente a experiência federativa, com uma maior concentração de poderes na União, como aparente decorrência da necessidade do pós-guerra (Primeira Guerra Mundial), que exigia intensa intervenção do Poder Central no campo econômico. Some-se a isto a reação à hegemonia de alguns entes periféricos e as fraudes eleitorais generalizadas (FERRARI, 2003).

Com esse crescimento do Poder Central, e como decorrência de reprodução do modelo norte-americano, em

que o período pós-guerra é marcado pelo incremento da União, igualmente, constata, alguns doutrinadores, na Constituição de 1934, o aparente eixo inicial do federalismo cooperativo.

Sobre o amálgama federativo, assim se pronunciou, acerca da descrição do modelo federativo criado no Brasil:

O federalismo tupiniquim, pejado de fenômenos políticos caboclos, intercalado, ou, mesmo, impedido de se aperfeiçoar pelo advento do coronelismo, da política de Governadores e pelas ditaduras militares, que assolaram os primeiros anos da República Federativa, tão pouco e quase nada federativa. (ROCHA, 1997, p. 226)

Trata-se de uma visão negativa e pessimista do federalismo brasileiro, não compactuada, por exemplo, por Horta (1999, p. 385), para quem, diversamente, “*a Constituição Federal de 1891 assinalou o início e o apogeu da atividade de auto-organização do Estado-Membro no Direito Constitucional Brasileiro*”.

Inobstante o debate travado, a curta vida da Carta Magna de 1934 encerrou maiores discussões sobre sua aplicação.

Por seu turno, a Constituição de 1937 (Estado Novo) marcou um período de profunda dilapidação do Estado Federal. Tratava-se, pois, de Carta Política com grande

concentração de poder no Ente Central, instituindo um verdadeiro Estado Unitário. Os estados-membros sofriam ininterrupta intervenção federal, a ponto de consideraram alguns a absoluta negação da própria federação. Assim, *“foi abolido completamente o federalismo no Brasil, o que simbolicamente pode ser relevado pelo ato público da queima das 20 bandeiras estaduais”*. (PEPPE et al., 1997, p. 159).

Na verdade, a Carta Política de 1937 é bom exemplo de Constituição nominal, na esteira de pensamento de Lowenstein (1976), em que os dispositivos não passam de mera construção normativa, sem aplicação prática.

Ocorreu que o Presidente da República passou a absorver e centralizar o poder, através de medidas de exceção, ocasionando uma gradativa passagem à absurda regulamentação infraconstitucional da formação do Estado, nitidamente tendente à centralização e ao unitarismo (Decretos-Lei nº. 1.202/39, 5.511/43 e 7.518/45). Tinha-se, pois, materialmente, um Estado unitário descentralizado.

Neste período, houve a supressão da autonomia periférica, porquanto regentes por incessantes intervenções, razão pela qual Horta (1999) passou a tratá-lo como eclipse da autonomia do Estado-Membro, já que sua esfera de competência coincidia com os poderes exercidos pelo Poder Central. Ressalte-se, todavia, o início do processo de

transferências de recursos, determinando a repartição com os municípios de metade do Imposto de Indústria e Profissões arrecadados pelos estados-membros.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1946, houve o retorno ao desenvolvimento federativo, influenciado pelo período pós-guerra, em que se exige, como visto, uma maior intervenção do Poder central. Devolveu-se, portanto, certa autonomia aos estados-membros, mantendo-se, no entanto, parcela considerável das competências na órbita central.

Efêmera ilusão. Essa pequena evolução federativa logo retrocedeu à proposta unitarista, decorrente do movimento contínuo e parabólico de tomada do poder. Foi o que ocorreu com os efeitos da implantação da Ditadura militar após 1º de abril de 1964.

Iniciou com a Constituição de 1967, inteiramente alterada por uma Emenda (1/69), donde houve a supressão da autonomia estadual e o retorno, na prática, ao unitarismo estatal. Governos foram depostos, Assembléias dissolvidas e um profundo alargamento, para não se falar domínio, das competências da União<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “Não restam dúvidas, contudo, que, após a promulgação da Carta de 1967, a centralização foi substancialmente, e não somente quanto ao volume

E mais, previu, aquela “Constituição emendada” ou “Emenda constituída”, o pavor periférico, com a possibilidade de a União criar, desmembrar ou fundir estados-membros, sem a participação do poder constituinte dessas unidades, nem a aquiescência das respectivas populações.

Como se percebe, a evolução histórica do modelo federativo brasileiro, em compasso com o processo de controle do poder, é marcada por um processo pendular de avanço e retrocesso do desenvolvimento político<sup>7</sup>. Acreditava-se que a desconstrução política seria necessária à seguinte construção política que melhor se adaptasse às circunstâncias históricas.

Esse construtivismo / desconstrutivismo / reconstrutivismo marcou a formação evolutiva do federalismo, de modo que, a cada repartição de competências, seguia-se uma ruptura com o sistema político e uma centralização do

---

*de recursos, mas, também e principalmente, no que se refere à centralização de poder de decisões.” (OLIVEIRA e WEITERSCHAN, 1979, p. 752)*

<sup>7</sup> Nesse sentido, conclui Marcos Nóbrega (p. 18): “*Já podemos perceber que o federalismo brasileiro apresenta uma variante cíclica. Isso faz com que o modelo federal adotado possa ser chamado de ‘federalismo pendular’, ou seja, em períodos democráticos a descentralização de poderes se dá de forma mais enfática. Por outro lado, em períodos de centralização política há uma mitigação da Federação com uma maior concentração de poderes para a União em detrimento das outras esferas federais. Isso é sentido de forma mais impactante na transferência de recursos para os entes subnacionais. Assim, em períodos mais democráticos e descentralizadores, os recursos disponíveis para Estados e Municípios foram substancialmente incrementados.*”

poder. Esta foi a tônica constitucional que regeu a formação do Estado Federal brasileiro.

As constituições de reação (1934, 1946 e 1988) – que se opunham a regimes centralizadores – não dispunham o objetivo de refederalizar o Estado, mas redemocratizar a sociedade. Isto porque a sociedade não ansiava por alterações na estrutura do Estado – esta era uma discussão apetente às elites políticas. A sociedade era vítima da atuação política rígida das ditaduras impostas. Somente com a Carta Política de 1988, mesmo concentrando extremados poderes na União, o federalismo ressurgiu como resposta ao modelo unitarista imposto na ditadura militar.

Importa analisar se esta previsão na Constituição Federal de 1988 acabou por operar uma repetição das Cartas Políticas de reação ou passou a prescrever uma esfera de competência suficiente a estabelecer, não somente um federalismo cooperativo, mas, mais que isso, a fixar um federalismo de equilíbrio.

Em outras palavras, considerando que, com a ditadura de 1964-1987, houve profunda supressão do federalismo brasileiro existente (marco zero da existência federativa), a disposição constitucional de 1988 seria um avanço e efetiva implementação do federalismo ou um

discurso retórico, posto que somar ao nada é alterar profundamente?

Decerto, a Constituição Federal de 1988 veio romper com o velho modelo sistema de opressão do poder, imposto pelo regime ditatorial militar, extremamente centralizado no Poder Central.

A Carta Magna de 1988 procurou restabelecer o federalismo cooperativo de 1946, mantendo, é bem verdade, grande parcela de competência na esfera de atribuição da União.

Ainda assim, emergiu uma redefinição dos papéis dos estados-membros e municípios<sup>8</sup>, propiciando-lhes a possibilidade de prover os próprios recursos, através da implementação de novos tributos.

Todavia, os constituintes de 1988 não atentaram às transformações contemporâneas da sociedade; olvidaram o novo estágio de globalização, desprezando a maior necessidade de harmonia entre os entes federados. Manteve-se, portanto, de forma velada, uma hierarquia, sobretudo, financeira e econômica, não por determinação da Carta

---

<sup>8</sup> Neste sentido: “*O processo de elaboração da Constituição foi, portanto, marcado por uma forte influência dos interesses subnacionais. As implicações fiscais da Constituição foram percebidas no início dos anos 1990, e a subsequente evolução das relações intergovernamentais no*

Política de 1988, mas pela omissão em apresentar mecanismos concretos impeditivos de interferência financeira horizontal<sup>9</sup>.

Tal visão crítica do contorno federativo estampado na Constituição Federal de 1988 é fundamental para se observarem os reflexos causados na essência das relações federativas, possibilitando observar uma distorção da realidade federativa em relação ao princípio federativo cooperativo que norteou o texto constitucional.

### **3 CONCLUSÃO: CRISE E NOVAS PERSPECTIVAS DO FEDERALISMO BRASILEIRO**

Decerto, o velho e clássico conceito de federalismo dual norte-americano já foi fulminado, sem qualquer aplicação no mundo contemporâneo globalizado. Na verdade, o processo de evolução do modelo federativo tem caminhado com tal

---

*governo de Fernando Henrique Cardoso refletiram a reação do governo federal contra tal estado de coisas.” (MELO, 2005)*

<sup>9</sup> Neste sentido: “*Aunque la Constitución de 1988, que formalizo el retorno al régimen democrático, llevó a cabo una reasignación de los ingresos provenientes de los impuestos establecidos por los poderes federales a los estatales y municipales, lo cierto es que la misma no propició la autonomía financiera de que los entes estatales dispusieron en el primer federalismo. En suma, aunque la carta de 1988 há fortalecido la posición financiera de los Estados y los Municipios, ello no ha impedido (...) que la supremacía*



celeridade, que torna impossibilitada ou dificultada a formação de uma concepção teórica correspondente. A teoria constitucional do Estado federal não tem acompanhado a evolução de suas formas empíricas. (FERRARI, 2003).

Com efeito, a disparidade entre o plano teórico e o meramente prático tem levado alguns doutrinadores a apontarem a falência do conteúdo federativo.

No Brasil, em particular, capitaneados pelo professor Bonavides (2000), muito se tem falado sobre a criação do Estado regional, com a caracterização da região como ente federal (uma “quarta instância política da Federação”).

Não se imiscuindo nessa discussão, sobre a coerência do Estado Regional, percebe-se que a estrutura federal brasileira deve, antes de buscar qualquer (re)formulação teórica do federalismo, solucionar as contradições internas. O maior problema do pacto federativo, percalço a ser sentido com maior força nos tempos vindouros, é o conflito interno de seus entes.

Ora, como dito, a Carta Fundamental de 1988 apresenta um *novel* pacto federativo, marcado pela descentralização política e financeira, imprescindível à preservação da autonomia dos entes federados a fim de

---

*financiera de la Unión sobre los Estados se acentúe cada día más.”*  
(SEGADO, 2003, p. 469)

conservar um campo de competência legislativa tributária estadual.

Assim, neste novo modelo federativo, arraigado no plano cooperacional e de equilíbrio, há o fortalecimento do poder central, o qual, por sua vez, cede parcela de sua competência para que os demais entes possam configurar suas próprias leis, constituindo, pois, o surgimento do respeito às diferenças e peculiaridades locais e regionais.

Desagradavelmente, o Estado federal brasileiro parece ter mergulhado por caminhos desencontrados: não há mais projeto de nação.

O Estado brasileiro apresenta a frigidez da busca pelo desenvolvimento global e conjunto da nação. Parece não haver mais o interesse pela manutenção do equilíbrio nacional, tornando letra morta o mandamento constitucional de desenvolvimento da nação.

Esse processo parece ser acirrado pela globalização, onda silenciosa e voraz, que tem impingido efeitos mutiladores nos conceitos de nação e soberania.

A esse propósito, analisa Bonavides (2000, p. 94):

Os neoliberais da globalização só conjugam em seu idioma do poder cinco verbos. Com eles intentam levar a cabo, o mais cedo possível, a extinção das soberanias nacionais, tanto internas quanto externas. Os verbos

conjugados são desnacionalizar, desestatizar, desconstitucionalizar, desregionalizar e desarmar. Por obra simultânea dessa ação contumaz, impertinente e desagregadora, sujeita-se o país à pior crise de sua História. De tal sorte que breve na consciência do povo, nas tribunas, nos foros, na memória da cidadania, a lembrança das liberdades perdidas ou sacrificadas se apagará, já não havendo então lugar para tratar, por elementos constitutivos da identidade, a Nação, o Estado, a Constituição, a Região e as Forças Armadas. Acham-se todas essas instituições debaixo das ameaças de um deliberado processo de decomposição, aparelhado por forças exteriores e interiores que, triunfantes, farão o Brasil retrogradar à condição de colônia ou protetorado.

Como não há mais projeto nacional, a postura neoliberal parece direcionar a atuação dos entes públicos, de modo a proporcionar o desaparecimento estatal<sup>10</sup>. Essa postura refletirá no comportamento dos entes federativos:

Ao mesmo tempo, o governo da União tem levado adiante, desde o início da década de 90, toda uma seqüência de medidas de orientação liberal, que se ligam ao cenário da guerra fiscal sob dois aspectos. Um deles diz respeito ao abandono de políticas e de instrumentos de coordenação inter-regional, dentro da estratégia mais ampla de mudança

---

<sup>10</sup> Desprezando a garantia de conservação da pátria, parece perfeita a aplicação da afirmativa do Pe. Antônio Vieira, no sentido de que tudo é possível à manutenção da política econômica exógena: *“tire-se a carne, tire-se o sangue, tirem-se os ossos, que assim é razão que seja; mas tire-se com tal modo, com tal indústria, com tal suavidade, que os homens não o sintam, nem quase o vejam.”* (VIEIRA, 1995, p. 12)

do papel diretivo do poder central sobre a economia. As agências federais de desenvolvimento regional, há muito esvaziadas, foram finalmente extintas em 2001. (DULCI, 2002).

Para além disso, deve-se constituir instrumentos de defesa contra as imposições neoliberais, objetivando resgatar o projeto, até então esquecido, de nação.

Se os fatos não apontam relevância e imediatidade na análise do tema, a profecia causa temor e inquietação federativa: se a guerra de interesses entre os membros da Federação não for contida, *“poderá com o tempo se converter numa guerra civil, ou numa eventual alternativa de ditadura feroz, com risco de dissolução do pacto federativo, de quebrantamento da unidade nacional e de destruição do Estado de Direito.”* (BONAVIDES, 2004, p. 16-7).

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Direito Constitucional Brasileiro:** o problema da Federação. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

\_\_\_\_\_. **Federalismo regional num país periférico**. Disponível em <  
<http://www.unicap.br/rid/artigos2004/federalismoregional.doc>  
 >. p. 01-25. Acesso em: 01 nov. 2006.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 18, 2002. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782002000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 nov. 2006.

FERRARI, Sérgio. **Constituição Estadual e Federação**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

FERREIRA, Sérgio Guimarães. **Guerra Fiscal: competição tributária ou corrida ao fundo do tacho?**. **Informe-se**. Boletim da Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES, Rio de Janeiro, n. 4, jan. 2000.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. *Rev. Sociol. Polit.*, , no.15, p.83-96, nov. 2000.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. **Derecho Constitucional Comparado**. 6 ed. Madrid: Revista do Ocidente, 1961.

HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

JUCÁ, Francisco Pedro. Reflexões sobre o Federalismo brasileiro. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**. São Paulo. Ano 5, nº 2, out.-dez. 1997.

KRELL, Andreas Joachim. Autonomia municipal no Brasil e na Alemanha. Uma visão comparativa. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 37, dez. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1557>>. Acesso em: 06 out. 2005.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoria de la Constitucion**. 2 ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Contribuições e Federalismo**. São Paulo: Dialética, 2005.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Pacto federativo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

MAIA FILHO, Napoleão Nunes. **Estudos Temáticos de Direito Constitucional**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

MELO, Marcus André. O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social. **Dados.**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Nov 2006.

NÓBREGA, Marcos. **Renúncia de receita: guerra fiscal e tax expenditure; uma abordagem do art. 14 da LRF**. Disponível em <[www.eclac.cl/ilpes/noticias/paginas/6/13526/MarcosNobrega1.pdf](http://www.eclac.cl/ilpes/noticias/paginas/6/13526/MarcosNobrega1.pdf)>. p. 01-33. Acesso em: 08 jun. 2006.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto e WEITERSCHAN, Helga Magdalena. Aspectos históricos do federalismo fiscal no Brasil. **Fundação JP – análise e conjuntura**, vol. 9, n. 10, p. 745-55, out. 1979.

PEPPE, Atilio Machado et alli. Reflexões sobre a federação brasileira. **Revista de Administração Publica**, vol 31. n º 4. p. 157-182 jul./ago. 1997.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **República e Federação no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

SEGADO, Francisco Fernández. El Federalismo en América Latina. **Revista Latino-americana de Estudos Constitucionais**. Belo Horizonte. n. I. jan./jul. 2003.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Escritos históricos e políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.